

**JATAÍ**

CNPJ nº 07.083.477/0001-27

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH Jataí com capacidade instalada total de 30,0 MW, e a comercial plena em 174.411,00 MWh/ano, beneficiando aproximadamente 252 mil pessoas. A energia comercializada com o PROINFA para o ano de 2013 é 174.411,00 MWh. Ressalta-se que no decorrer do ano de 2012, ocorreu por parte do Ministério de Minas e Energia, o acréscimo de energia assegurada da PCH Jataí. Esse ganho será contratado pela Eletrobrás a partir do ano de 2013. A receita bruta de vendas em 2012 foi de R\$ 31,3 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 15,6 milhões. À Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/12	31/12/11
Circulante		5.747	8.396
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.302	4.198
Contas a receber	6	4.313	4.113
Impostos a compensar		53	9
Despesas antecipadas		47	33
Adiantamento a funcionários		32	24
Adiantamentos diversos		-	19
Não circulante		106.953	109.399
Ativos vinculados - BNDES	7	3.444	3.674
Depósitos judiciais		1.277	1.268
Imobilizado	8	102.027	103.855
Diferido	9	198	593
Intangível		7	9
Total do ativo		112.700	117.795
Passivo			
Circulante		10.818	10.537
Fornecedores		653	580
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		29	23
Impostos e contribuições a recolher		205	193
Provisão para férias e 13º salário		192	136
Outros passivos		26	87
Dividendos a pagar	10	1.632	1.350
Financiamentos	11	8.081	8.168
Não circulante		55.163	62.790
Financiamentos	11	55.163	62.790
Patrimônio líquido	12	46.719	44.468
Capital social		32.441	32.441
Reserva legal		2.522	1.738
Reserva de dividendos adicionais propostos		-	10.289
Reserva especial		590	-
Reserva de retenção de lucros		11.166	-
Total do passivo		112.700	117.795

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E 2011 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Jataí Energética S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 11 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nºs 741/2002 e 36/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Claro, no Município de Jataí, em Goiás, com capacidade de licença instalada de 30 Mw e uma linha de transmissão de 4,3 km de extensão. A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de agosto de 2008. A Companhia através das Portarias MME nº 38, de 13 de junho de 2012, teve sua energia assegurada acrescida, fato que gerará aumento no volume de energia vendida ao PROINFA a partir de 1 de janeiro de 2013 e o respectivo aumento nas receitas a serem auferidas a partir dessa data. Em 20 de agosto de 2008, através do Despacho ANEEL nº 3.086, em 4 de agosto de 2008, através do Despacho ANEEL nº 2.884, e em 29 de julho de 2008, através do Despacho ANEEL nº 2.798, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1, 2 e 3, respectivamente, todas com potência instalada de 10 Mw, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 30 Mw e energia assegurada de 172,7 MWh. O término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMOS

EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
	Nota	31/12/12	31/12/11
Receita líquida de vendas	14	30.161	28.109
Custos da venda de energia		(4.834)	(5.464)
Meio ambiente		(253)	(545)
Operação e manutenção		(1.019)	(1.314)
Taxas setoriais		(103)	(99)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(472)	(445)
Seguros		(133)	(136)
Depreciação e amortização		(2.854)	(2.925)
Lucro bruto		25.327	22.645
Despesas operacionais	15	(2.946)	(2.534)
Despesas administrativas e gerais		(2.520)	(2.172)
Outras despesas operacionais		(426)	(362)
Lucro antes do resultado financeiro		22.381	20.111
Despesas financeiras	16	(6.137)	(6.913)
Receitas financeiras	16	557	668
Resultado financeiro		(5.580)	(6.245)
Lucro antes dos impostos		16.801	13.866
Imposto de renda	17	(742)	(730)
Contribuição social	17	(388)	(377)
Lucro líquido do exercício		15.671	12.759
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,5868	0,4778
Quantidade de ações ao final do exercício	12	26.706.019	26.706.019

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de dividendos propostos	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31/12/10	29.044	1.016	3.408	-	-	1.681	35.149
Aumento de capital mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital	3.397	-	-	-	-	-	3.397
Dividendos adicionais pagos	-	-	(3.408)	-	-	-	(3.408)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.759	12.759
Destinações							
Reserva legal	-	722	-	-	-	(722)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(1.350)	(1.350)
Dividendos adicionais propostos	-	-	10.289	-	-	(10.289)	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	(2.079)	(2.079)
Saldos em 31/12/11	32.441	1.738	10.289	-	-	-	44.468
Dividendos distribuídos	-	-	(10.289)	-	-	-	(10.289)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.671	15.671
Destinações							
Reserva legal	-	784	-	-	-	(784)	-
Reserva especial	-	-	-	590	-	(590)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	11.166	(11.166)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(1.632)	(1.632)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	(1.499)	(1.499)
Saldos em 31/12/12	32.441	2.522	-	590	11.166	-	46.719

qualquer períodos futuros afetados. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/12	31/12/11
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		16.801	13.866
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	16	6.040	6.880
Baixa de imobilizado	8	40	442
Depreciação e amortização		2.854	2.925
Lucro ajustado		25.735	24.113
Variações nos ativos e passivos			
Redução em ativos vinculados - BNDES		230	259
Aumento em contas a receber		(200)	(1.175)
Redução em outras contas a receber		-	1.243
Aumento (redução) em impostos a compensar		(44)	9
Aumento (redução) de despesas antecipadas		(14)	3
Aumento em adiantamentos a funcionários		(8)	(9)
Redução (aumento) em adiantamentos diversos		19	(9)
Aumento em depósitos judiciais		(9)	-
Aumento (redução) em fornecedores		73	(145)
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		6	8
Redução em outros passivos		(61)	(293)
Redução em impostos e contribuições a recolher		12	(67)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(1.141)	(1.107)
Aumento na provisão para férias e 13º salário		55	81
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		24.653	22.911
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	8	(667)	(927)
Aquisição de intangível		10	(10)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(657)	(937)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos pagos	11	(7.640)	(7.640)
Juros pagos sobre financiamentos	11	(6.114)	(6.911)
Dividendos pagos	12	(11.639)	(3.408)
Dividendos antecipados	12	(1.499)	(2.079)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(26.892)	(20.038)
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		(2.896)	1.936
Demonstração da redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		4.198	2.262
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.302	4.198
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		(2.896)	1.936

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/12	31/12/11
1. Receita bruta de vendas		31.303	29.173
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14	31.303	29.173
2. Insumos adquiridos de terceiros		2.857	3.372
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		1.980	2.542
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		877	830
3. Valor adicionado bruto (1-2)		28.446	25.801
4. Depreciação e amortização		2.854	2.925
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		25.592	22.876
6. Valor adicionado recebido em transferência		557	672
Receitas financeiras	16	557	668
Outras		-	4
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)		26.149	23.548
8. Distribuição do valor adicionado		26.149	23.548
Pessoal		1.539	1.306
Remuneração direta		1.303	1.104
Benefícios		142	116
F.G.T.S		94	86
Impostos, taxas e contribuições		2.690	2.475
Federais		2.670	2.466
Estaduais		11	9
Municipais		9	-
Remuneração de capitais de terceiros		6.249	7.008
Juros	16	6.040	6.880
Aluguéis		112	65
Outras		97	63
Remuneração de capitais próprios		15.671	12.759
Dividendos		3.131	1.350
Lucros retidos		12.540	11.409

pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. iii. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente. c. Imobilizado: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em agosto de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do

componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d. Depreciação: A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorizações, considerando inclusive as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCP 05. **Autorização e indenização:** A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver Nota explicativa no.1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. e. Diferido: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. f. Valor recuperável de ativos: O imobilizado e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeira a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. g. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. h. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. i. Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. j. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. k. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. l. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. m. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuível aos acionistas sobre as ações ordinárias em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2012 e 2011. n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (Consolidated Financial Statements). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (Joint Arrangements). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (Disclosure of Interests in Other Entities). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração a Valor Justo" (Fair Value Measurement). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (Presentation of Items of Other Comprehensive Income). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" (Employee Benefits). A nova versão do IAS 19 elimina o "método do corredor" para reconhecimento de ganhos ou perdas atuárias, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e, amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IFRS 7	"Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **4. Gerenciamento de risco:** A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6. • Risco mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. • Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 19. • Risco de liquidez: A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101,5% em bancos de primeira linha. Assim, a Companhia garante um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,5% do CDI, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na Nota Explicativa nº 18. • Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/12	31/12/11
Caixa	3	-
Bancos	18	29
Aplicações financeiras	1.281	4.169
	1.302	4.198

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco Santander e Banco do Brasil, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **6. Contas a receber:** Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% dos contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis. **7. Ativos vinculados - BNDES:** O saldo registrado em 31 de dezembro de 2012, refere-se a recursos recebidos pela Companhia decorrentes da venda de energia gerada e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira, no Fundo BB Comercial 17, de liquidez imediata e baixo risco junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta poderá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento. **8. Imobilizado:** a) Composição do imobilizado:

Descrição	Taxa média ponderada de depreciação % (*)	Custo	Depreciação		Líquido	Líquido
			Acumulada	Líquido		
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	0,00%	10.348	-	-	10.348	10.315
Turbina hidráulica	2,50%	11.400	1.265	10.135	10.135	10.419
Condutor forçado	3,13%	3.633	511	3.122	3.245	3.245
Gerador	3,33%	12.721	1.862	10.859	11.079	11.079
Comporta	3,33%	2.939	440	2.499	2.605	2.605
Subestação unitária	3,57%	5.104	813	4.291	4.473	4.473
Casa de força produção hidráulica	2,00%	51.396	4.585	46.811	47.505	47.505
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	7.521	645	6.876	7.024	7.024
Adiantamento a fornecedores	0,00%	1.527	-	1.527	1.563	1.563
Outros	3,65%	6.516	957	5.559	5.627	5.627
		113.105	11.078	102.027	103.855	103.855

(*) As taxas de depreciação utilizadas até 31 de dezembro de 2011, sofreram alterações a partir de 1º de janeiro de 2012, conforme determinações da Resolução ANEEL nº 474/2012. O impacto ocorrido no resultado em função desta mudança de taxas não é relevante. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos.

b) Movimentação do custo:

Descrição	Saldo em 31/12/11			Saldo em 31/12/12		
	Adições	Baixas	Transferências	Adições	Baixas	Transferências
Terrenos	-	-	9.972	-	-	9.972
Máquinas e equipamentos: Turbina, transformador, estrutura e condutor de tensão	18.724	-	(5.459)	18.724	-	(5.459)
Disjuntor, painel, mesa de comando e transformador	3.214	-	(1.297)	3.214	-	(1.297)
Condutor forçado	20.182	-	(16.549)	20.182	-	(16.549)
Gerador, comporta, ponte rolante e transformador de serviços auxiliares	16.580	-	798	16.580	-	798
Subestação unitária	120	-	4.984	120	-	4.984
Sistema de proteção contra incêndio	109	-	(44)	109	-	(44)
Para-raios	42	-	(20)	42	-	(20)
Estrutura de tensão e sistema de comunicação	9.061	-	(9.061)	9.061	-	(9.061)
Sistemas de alimentação de energia e de ar-condicionado	352	-	(134)	352	-	(134)
Outras máquinas e equipamentos	29	2	3	29	2	3
Móveis e utensílios	10	-	(10)	10	-	(10)
Instalações: Casa de força, reservatório e barragem	40.562	848	(442)	40.562	848	(442)
Tomada d'água, urbanização e benfeitorias	1.230	-	(1.042)	1.230	-	(1.042)
Sistema de comunicação local	-	-	142	-	-	142
Sistema dados meteorológicos/hidrologicos	-	-	96	-	-	96
Computadores e periféricos	14	6	19	14	6	19
Adiantamento a fornecedores	1.421	71	71	1.421	71	71
	111.993	927	(442)	111.993	927	(442)

c) Movimentação do custo no período:

Descrição	31/12/11			31/12/12		
	Adições	Baixas	Transferências	Adições	Baixas	Transferências
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	10.315	37	(4)	10.315	37	(4)
Turbina hidráulica	11.400	-	-	11.400	-	-
Condutor forçado	3.633	-	-	3.633	-	-
Gerador	12.678	43	-	12.678	43	-
Comporta	2.939	-	-	2.939	-	-
Subestação unitária	5.104	-	-	5.104	-	-
Casa de força produção hidráulica	50.989	407	-	50.989	407	-
Reservatório, barragem, adutora	7.510	11	-	7.510	11	-
Adiantamento a fornecedores	1.563	-	(36)	1.563	-	(36)
Outros	6.347	169	-	6.347	169	-
	112.478	667	(40)	112.478	667	(40)
Depreciação	(8.623)	(2.642)	186	(8.623)	(2.642)	186
Saldo	103.855	(1.975)	146	103.855	(1.975)	146

9. Diferido: Os gastos pré-operacionais R\$198 em 31 de dezembro de 2012 (R\$593 em 31 de dezembro de 2011) incluem basicamente despesas administrativas e de remuneração e encargos dos funcionários e da Administração, os quais serão amortizados no prazo de cinco anos, desde agosto de 2008. **10. Transações com partes relacionadas:** O controle final da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletrobrás S.A.), visto que estes são acionistas diretos da Brasil PCH S.A. (controladora direta da PCH Participações S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de distribuição de dividendos da Companhia para sua controladora.

	31/12/12	31/12/11
Passivo circulante	1.632	1.350
PCH Par Participações S.A. - Dividendos a pagar	1.632	1.350

Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de abril de 2012, foi aprovada a remuneração global líquida da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2012 em, no máximo, R\$60 (R\$50 em 2011). A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R\$29 mil.

11. Financiamentos:

	Indexador	31/12/12	31/12/11
BNDES:			
Principal	TJLP + 3,5% a.a.	50.838	58.478
Encargos		12.406	12.480
Total		63.244	70.958
Parcela de curto prazo		8.081	8.168
Parcela de longo prazo		55.163	62.790
Total		63.244	70.958

Em 13 de abril de 2006, a Companhia, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, e cada uma delas no valor do principal e juros atualizados, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

2014	6.895
2015	6.895
2016	6.895
2017	6.895
2018	6.895
2019 a 2021	20.688
	55.163

Mutação dos financiamentos em 2012

Saldo inicial	70.958
Encargos provisionados	6.040
Pagamentos	(13.754)
Saldo final	63.244

As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da Jataí Energética S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada em item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2012:

Patrimônio líquido	46.719
Total do ativo	112.700
ICP	41,45%

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. **12. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$ 32.441. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R\$32.441 e está representado por 26.706.019 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas: **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. **Reserva especial:** Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76. **Reserva de retenção de lucros:** Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c) Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2012, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$11.639, foram antecipados dividendos do exercício de 2012, no valor de R\$1.499 mil. Os dividendos referentes ao exercício de 2012 foram calculados conforme segue:

Lucro do exercício	15.671
(-) Reserva legal	(784)
(=) Base de cálculo do dividendo	14.887
Dividendos obrigatórios	2.222
(-) Reserva especial	590
(-) Dividendos obrigatórios a pagar	1.632
(-) Reserva de retenção de lucros	11.166

13. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis, ambientais e de caráter comercial. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

14. Conciliação da receita operacional líquida:

	31/12/12	31/12/11
Receita operacional bruta	31.303	29.173
Venda de energia elétrica	31.303	29.173
Deduções à receita operacional	(1.142)	(1.064)
PIS	(203)	(190)
COFINS	(939)	(874)
Receita operacional líquida	30.161	28.109
15. Despesas administrativas, gerais e outras operacionais:	31/12/12	31/12/11
Despesas com pessoal operacional	1.175	992
Despesas com pessoal administrativo	720	608
Serviços de terceiros (auditoria e consultorias)	417	457
Viagens	244	166
Publicação	40	33
Arrendamentos e aluguéis	112	65
Outras despesas	238	213
	2.946	2.534

16. Resultado financeiro:

	31/12/12	31/12/11
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(10)	(33)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(6.040)	(6.880)
Outras despesas	(87)	-
Receitas financeiras:	557	668
Rendimentos de aplicações em renda fixa	553	663
Outras receitas	4	5
Resultado financeiro	(5.580)	(6.245)

17. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/12		31/12/11	
	IR (*)	CSLL	IR (*)	CSLL
Receita bruta	31.303	31.303	29.173	29.173
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	557	557	668	668
Base de cálculo	3.061	4.314	3.001	4.168
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	742	388	730	377

(*) Até o limite de R\$240 mil a alíquota do IR é de 15%. **18. Instrumentos financeiros:** Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto apresentam a deterioração dos preços considerando oscilação